

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, na
Sessão Plenária da XXII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP**

Luanda, 30 de maio de 2023

É com muito gosto que participo em mais uma reunião de Ministros da Defesa da nossa Comunidade, sob a presidência de Angola e do Ministro João Ernesto dos Santos, a quem desejo o maior êxito no cumprimento do seu mandato. Quero também agradecer a Cabo Verde a forma como conduziu os trabalhos deste órgão da componente de Defesa da CPLP. E gostaria de agradecer igualmente ao Ministro José Ernesto dos Santos pelo excelente acolhimento em Luanda, e ao secretariado do SPAD pela organização e preparação dos nossos trabalhos.

Caros e caras colegas,

Uma das vertentes características deste nosso fórum privilegiado de cooperação é a possibilidade de podermos partilhar de forma regular e aberta diferentes perspetivas e pontos de vista sobre um contexto de segurança mundial crescentemente mais complexo e mais instável, mas que nos afeta a todos em igual medida.

Como é sabido, uma das principais preocupações de Portugal, bem como de outros países e organizações internacionais por todo o mundo, é a guerra desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia e os seus impactos a nível global. Apesar de geograficamente longe das fronteiras de muitos dos Estados-Membros aqui presentes, o que acontece neste momento na Europa em virtude da invasão ilegal e não provocada da Ucrânia pela Rússia, acarreta sérias consequências, diretas e indiretas, para todos nós.

As disrupções dos canais de exportação de cereais provenientes do Leste europeu constituem uma das consequências mais evidentes que se têm vindo a repercutir, ao longo do último ano, num aumento generalizado dos preços e do custo de vida, com consequências gravosas para as populações da nossa Comunidade. É por isso que devemos todos apoiar o trabalho

desenvolvido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para aliviar os efeitos desta guerra na segurança alimentar.

Enquanto esses mesmos esforços têm lugar, Portugal continua a defender de forma consistente a integridade territorial da Ucrânia, e a apoiar o país, e o seu povo, no exercício legítimo do seu direito de autodefesa, em conjunto com os nossos Parceiros e Aliados da União Europeia e da NATO, bem como com outros países das mais diversas partes do mundo.

Apesar da importância de se alcançar a paz neste conflito, que é o que todos desejamos, importa sublinhar que esta paz não pode ser alcançada a qualquer custo – sobretudo quando estamos perante violações graves dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas e da ordem jurídica internacional baseada em regras, e que afetam valores essenciais de soberania, liberdade e democracia. Qualquer paz que venha a ser alcançada tem de ser,

assim, uma paz justa e sustentável, que salvaguarde esses mesmos princípios e valores.

Em paralelo com estes acontecimentos sistémicos, temos também de conseguir prestar a devida atenção à expansão de velhas e novas ameaças no contexto africano. Com efeito, os últimos anos revelaram uma intensificação crescente dos conflitos e das tensões, com crescentes interligações por todo o continente.

A multiplicação de conflitos internos prolongados, a extensão das redes terroristas e o aumento da pirataria exigem respostas concertadas para assegurar suficiente estabilidade estratégica. Este contexto securitário é igualmente agravado por outras ameaças como a pirataria e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, o crime organizado, e a exploração dos recursos

marítimos por terceiros, para além dos impactos decorrentes das alterações climáticas.

De igual forma, não podemos esquecer a crescente relevância de ameaças híbridas que afetam a estabilidade local e regional que visamos, consistentemente proteger. Este tipo de ameaças, muitas vezes encorajadas por atores estatais e não-estatais, tem cada vez mais recorrido a campanhas generalizadas de desinformação, que deliberadamente semeiam confusão e desconfiança entre os parceiros com os quais mais queremos colaborar.

Todos estes elementos têm-se verificado, com particular incidência, no Sahel e na África Ocidental, onde temos assistido à crescente deterioração da situação política e de segurança. Aproveito aqui para reafirmar o compromisso de Portugal com a estabilização dessa região, devido à polarização de posições e ao

risco de alastramento da ameaça terrorista a outras geografias. Com efeito, o “spill over” do terrorismo começa a ser também uma realidade também em países como o Gana, a Costa do Marfim, o Togo ou o Benim. Urge, por isso, equacionar iniciativas de apoio aos governos locais, sempre numa ótica de aceitação e colaboração, sob pena de agirmos demasiado tarde.

O que está a suceder no Sudão constitui outro exemplo do referido efeito “spill over”, com dimensões que não podemos ainda avaliar na sua totalidade, mas cujo impacto nas populações civis é já extremamente visível. Temos que apoiar conjuntamente os esforços da comunidade internacional para aliviar o sofrimento destas pessoas, em particular os mais vulneráveis, e permanecer atentos aos desenvolvimentos em curso.

A República Centro-Africana deve também aqui merecer particular atenção. Defendemos a continuidade das missões

internacionais lideradas pelas Nações Unidas e pela União Europeia, cientes de que devemos fazer um esforço generalizado para criar as condições de base no terreno para que sejam desnecessárias. Até que isso aconteça, qualquer retirada abrupta teria apenas consequências negativas para a segurança da população local. Tive oportunidade de visitar a República Centro Africana, em fevereiro, e constatar isto mesmo, sobretudo junto das populações locais que valorizam o trabalho desenvolvido por estas missões.

Outro contexto que temos acompanhado de perto diz respeito a Moçambique. Portugal sempre acompanhou, com grande preocupação, a degradação da situação securitária em certas zonas da província de Cabo Delgado. No respeito pleno pela soberania nacional, e depois de alcançado um acordo nesse domínio, apoiámos bilateralmente e multilateralmente Moçambique no combate ao terrorismo, assim contribuindo para a segurança, a estabilidade e desenvolvimento, bem como para a

dimensão humanitária deste conflito, ao reduzir a pressão para a deslocação interna das populações.

Face a todos estes diferentes cenários, Portugal tem assumido um papel particularmente ativo no âmbito junto das organizações a que pertence, sensibilizando constantemente para estas ameaças e ciente das possíveis consequências para alguns Estados-Membros da CPLP.

No âmbito da União Europeia, 385 militares portugueses participaram em 2022 em missões no Mali, Moçambique e na Somália / Corno de África, ao mesmo tempo que oficiais-generais portugueses assumiram simultaneamente o comando de três missões. Portugal continua, aliás, a estar presente em todas as missões militares da União Europeia no continente africano, incluindo no Níger.

Gostaria ainda de destacar o nosso investimento no projeto de Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, bem como o apoio concedido à realização do primeiro Fórum Schuman de Segurança e Defesa nos dias 20 e 21 de março, sob os auspícios do Alto-Representante Josep Borrell. Tive a oportunidade de participar neste evento, em conjunto com muitos outros Parceiros espalhados em todo o mundo, que se reuniram em Bruxelas com o objetivo justamente de reforçar estas parcerias proporcionar um diálogo franco e aberto acerca do papel que a União Europeia pode desempenhar neste contexto de defesa e segurança a nível mundial.

No quadro da ONU, Portugal destacou também mais de 600 militares em três missões em 2022, com destaque para a MINUSCA, na República Centro-Africana. Cumpre realçar aqui a participação de militares brasileiros nesta missão, integrados no contingente português, enquanto exemplo de como, juntos, podemos fazer mais e melhor. Esta modalidade de participação

será seguramente ampliada com o memorando de Entendimento da Célula CIMIC que aprovaremos e assinaremos aqui hoje.

Portugal continua também ativamente empenhado na segurança do Atlântico, aprofundando as relações de defesa com os seus parceiros da CPLP e potenciando o papel de cada um no seu contexto regional respetivo. É por isso que temos vindo a participar com meios navais afetos à Iniciativa Mar Aberto. Este tipo de capacitação é também visível através dos diversos Programas-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa que mantemos com diversos parceiros locais. Mas é igualmente evidente através de iniciativas como a recente entrega de uma lancha à Marinha da Guiné-Bissau e a rendição do navio patrulha Zaire por duas lanchas, em São Tomé e Príncipe, que irão contribuir para a segurança no Golfo da Guiné.

É também com esse objetivo em mente que temos desenvolvido o Centro do Atlântico, um projeto no qual consideramos fundamental que os países da CPLP tenham um papel central. Esse envolvimento passa não só pela valorização desta plataforma como instrumento na criação de capacidades e reforço da soberania de cada estado, mas também como mecanismo de diálogo e de suporte às iniciativas regionais já existentes. A recente edição do Curso de Segurança Marítima que o Centro do Atlântico organizou, e onde muitos dos países da CPLP marcaram presença, é apenas um dos vários exemplos daquilo que pode ser alcançado por esta via, em conjunto, e em prol de todos.

Estes e outros tantos assuntos, têm recebido a prioridade da política externa e de defesa portuguesa, e assim continuará a ser. Para tal, a nossa Comunidade revela-se cada vez mais uma plataforma privilegiada, estando ao nosso alcance continuar a dinamizar, conjuntamente e cada vez mais, este potencial.

Muito obrigada.